

Observação:

Esta resenha foi uma das finalistas no Concurso de Resenhas do Projeto Li, entendi e opinei – 2ª edição.

O trabalho obteve a classificação de **1º lugar na categoria Graduação**.

Autores: Cristiane Barreto Rios

Curso: Filosofia – Licenciatura

Modalidade: EaD

Campus: UNINTER Polo Iguatemi (Salvador-Ba)

E-mail: crisbrios2@gmail.com



MALLMANN, Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luzia; SILVA, Rodolfo dos Santos. **Estado e políticas sociais no Brasil: avanços e retrocessos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. 262 p.

Os autores do livro objeto desta resenha demonstram vasto conhecimento sobre o histórico das políticas sociais no Brasil, desde a formação do Estado até sua intervenção na economia e nas políticas sociais em épocas de crise.

Loivo José Mallmann é graduado em Teologia e em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e mestre em Teologia Moral pela Universidad Pontificia Comillas (Madrid, 2001). Atualmente é professor colaborador do Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil), em Curitiba-PR. Tem experiência nas áreas de Teologia, Psicologia, Filosofia e Ética, com ênfase em Ética Social, atuando nos temas bioética, ética, globalização e bem comum. Atua como psicólogo clínico e supervisor de estágio clínico.

Nádia Luzia Balestrin é doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do tema Sociologia Rural: a Agricultura familiar camponesa, Agroecologia, Sustentabilidade e Juventude Camponesa. Integra o Grupo de Estudos Rurais do Paraná, vinculado ao CNPq. É mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Graduada

em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Sociedade, Espaço e Meio Ambiente. Especialista em Coordenação de Dinâmica de Grupos pela Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupos. Atuou como professora no Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil), de 2002 e 2018, na área de Ciências Sociais, nas modalidades presencial e EaD.

Rodolfo dos Santos Silva é bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Administração e Economia. Licenciado Pleno em Matemática pelo Programa de Formação de Professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e doutor em PPGE pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor de Ensino Superior II no Centro Universitário Internacional (UNINTER), onde coordena a Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Estado e Cidadania. Coordena o Projeto de Pesquisa: Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária. Tem experiência na área de Educação, atuando nos temas cidade, urbanização, identidade empresarial, desenvolvimento e metropolização, participação popular, empreendedorismo, serviços, marketing e orçamento público.

A obra investiga o funcionamento do Estado historicamente, isto é, como atua sobre a economia, as políticas sociais e em momentos de crise. Existe também a preocupação de entender os conflitos sociais produzidos pelo crescimento da urbanização e as atualizações capitalistas, e como o Brasil se encaixa nesse percurso (principalmente a partir de 1940). Sempre atento aos desafios e as perspectivas, os autores apontam para um entendimento real sobre educação, emancipação, cidadania, e de como a assistência social se tornou um direito do cidadão e um dever do Estado na administração desses conflitos. O livro está dividido em quatro capítulos (com sínteses, questões para revisão, reflexão e estudos de caso).

O capítulo I (**A formação do Estado**) apresenta ideias sobre a origem e a formação do Estado, ou aquilo que administra uma sociedade. Aborda também o deslocamento do conceito de Estado através do Estado Teocrático (Oriente Antigo e Mediterrâneo), os Estados Grego e Romano (cidades-estado, cidadania, democracia; *civitas*, magistrados, Império), a Idade Média (política e poder espiritual conjugados na figura do senhor feudal) e o Estado Moderno (Renascimento; os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau). Neste capítulo, explicam-se os três elementos do Estado (povo, território e soberania), suas funções (executiva, legislativa e judiciária), sua finalidade, o bem comum e o poder do Estado em suas características centrais: institucionalização, dominação, coerção e autonomia (analisados com base nas categorias legalidade e legitimidade).

No capítulo II (*Estado e governo*), o livro trata dos sistemas de governo, das formas de governo, dos regimes políticos e das formas de Estado (liberal, social, neoliberal e socialista). Retratam-se os dois sistemas clássicos de governo: o parlamentarismo (em que governo e parlamento estão vinculados) e o presidencialismo (em que o presidente da república é o chefe de Estado e do governo). Também se discutem as formas de governo (república e monarquia) e os regimes democrático, autoritário e totalitário.

No capítulo III (*As políticas sociais no Brasil*), os autores frisam o serviço social como profissão criada, fruto da relação cidade-indústria. A ampliação do modo de produção capitalista, a formação de sindicatos, os movimentos sociais e a luta de classes se firmam nesta época, no Brasil (década de 80), e todo esse fluxo necessita da intervenção do Estado para normatizar as políticas sociais exigidas, bem como garantir o funcionamento da economia. Contudo, não só o Estado se apresenta como aquele que autoriza as políticas públicas, mas, estas podem também ser compreendidas através da ótica das conquistas alcançadas pela grandiosa luta dos trabalhadores.

No capítulo IV (*Políticas sociais no Brasil rural e urbano*), o texto expõe algumas políticas sociais produzidas no Brasil, tais como a reforma agrária, a organização do MST, o direito à alimentação e a segurança alimentar. Nesse contexto, criou-se o Bolsa Família, visando combater a fome. A seguridade social foi ampliada para saúde, previdência social e assistência social. A educação se torna direito de todos e base para construção da cidadania, conforme a Constituição Federal de 1988. Abordam-se outras políticas, como as de habitações populares e saneamento básico.

Através de uma concepção crítica e dialética, os autores refletem sobre políticas sociais, especialmente em épocas de crise. A escrita segue com clareza e desperta no leitor curiosidade pela pesquisa. É um excelente material para nos auxiliar na compreensão do mundo à nossa volta.

Filme indicado: TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Brasil: Mapa Produções Cinematográficas Ltda. 1967. 107 min.

O filme reflete sobre a miséria e a injustiça social no Brasil na época da ditadura.